

O BANCO DO BRASIL E AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS SOBRE A IDÉIA DE NAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE AS LÓGICAS CULTURAL E EMPRESARIAL

Lea Carvalho Rodrigues

RESUMO: Este artigo empreende uma reflexão sobre a forma como se construíram ao longo do tempo os vínculos entre a empresa Banco do Brasil e os signos de nacionalidade, procurando compreender até que ponto esses vínculos dados na dimensão simbólica se confrontam ou se articulam à lógica empresarial que vem orientando a administração da empresa nos últimos anos.

UNITERMOS: nação, mito e simbolismo, identidade nacional, lógica cultural, lógica utilitária.

INTRODUÇÃO

Uma abordagem antropológica sobre o Banco do Brasil pede considerações acerca da sua especificidade enquanto empresa, integrante do setor estatal, bem como da singularidade de suas relações com os governos que a administram e a sociedade com a qual ela interage.

Como toda empresa estatal, o Banco do Brasil congrega uma duplicidade de papéis: uma atuação nos moldes de empresa privada, volta-

da ao lucro e à competição, e ao mesmo tempo de empresa pública, atrelada aos interesses de governos e sujeita a cobranças de concretização de objetivos sociais¹.

A temática deste artigo desenvolve-se a partir do entendimento de que, no caso do Banco do Brasil, a especificidade de sua situação enquanto empresa é atravessada por fortes componentes culturais que historicamente construíram e sedimentaram os vínculos simbólicos entre a empresa e a nação e, mais ainda, que esses elementos simbólicos, centrais à compreensão da cultura da empresa, fazem parte de um repertório comum à própria sociedade brasileira². Trata-se aqui, portanto, de uma reflexão acerca da construção e dinâmica dessas configurações simbólicas e sobre a forma como esses elementos dados na ordem cultural acabam por interferir e mesmo redefinir os caminhos da empresa no contexto atual.

Pará pensar essas relações escolhi dois tipos de material analítico. Um refere-se aos dados da pesquisa de campo sobre a cultura do Banco do Brasil, constituído de: questionários aplicados e entrevistas realizadas com funcionários da empresa durante o ano de 1996³, boletins editados

¹ A esse respeito, ainda, diz Melo Soares (1990) que os efeitos sobre os trabalhadores dessas empresas são similares uma vez que eles acabam por também se dividir entre as duas perspectivas.

² Esta problemática tem se mostrado relevante na análise dos dados de pesquisa sobre a cultura do Banco do Brasil, pesquisa que vem sendo realizada junto ao Projeto Temático *Cultura empresarial brasileira: um estudo comparativo sobre empresas públicas, privadas e multinacionais*, no IFCH/Unicamp, com financiamento da FAPESP (*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*). No mesmo sentido, a temática abordada neste artigo tem se mostrado fundamental à análise e discussão de questões que norteiam minha tese de doutorado, intitulada: *Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro*, projeto também financiado pela FAPESP.

³ Dados obtidos quando da realização da pesquisa sobre a cultura do Banco do Brasil, como referido acima.

pela representação funcional em Brasília, correspondências de funcionários, bem como publicações de entidades representativas e material de circulação interna da empresa. Outro, refere-se a pronunciamentos de parlamentares e notícias divulgadas pela imprensa por ocasião do anúncio do fechamento de inúmeras agências no país, sobretudo no ano de 1995. A partir desses dados será possível tratar as questões priorizadas neste artigo articulando as diversas formulações sobre a empresa elaboradas pelos funcionários e por outros segmentos da população, seja via representação no parlamento, seja através da imprensa escrita.

BANCO DO BRASIL: UMA PLURALIDADE DE SIGNIFICADOS

Partindo de duas questões: quem é o Banco do Brasil para seus funcionários e quais os princípios de identificação entre estes e a empresa, a pesquisa realizada junto a três dependências do banco em Campinas, SP, e junto à Direção Geral, em Brasília, procurou mostrar as diferentes maneiras pelas quais os funcionários se referem à empresa e com ela se identificam.

Uma outra pesquisa etnográfica sobre o Banco do Brasil (Rocha, 1995) realizada a partir de dados colhidos em 1993, apontou ambigüidades na “*representação que os funcionários fazem sobre a empresa*” e que marcam a sua cultura representando, para o autor, os próprios dilemas que caracterizam a cultura brasileira⁴. O interessante desse trabalho é que aborda muitas das questões que serão aqui desenvolvidas, mas contempla um período em que o processo de mudanças no Banco do Brasil ocorria ainda num ritmo lento o que contrasta com o momento em que se deu

⁴ O autor se vale da mesma linha interpretativa sobre a sociedade brasileira desenvolvida por Roberto Da Matta, onde a idéia de um “dilema brasileiro” se refere às contradições e ambigüidades inerentes ao comportamento, valores e relações sociais.

esta pesquisa em 1996, quando o banco acabara de atravessar um dos momentos mais traumáticos do processo de reestruturação, o programa de demissões implementado em julho de 1995, e se encontrava, portanto, em situação de profunda crise interna⁵. Neste sentido, o trabalho realizado anteriormente se apresenta como um excelente contraponto à presente análise.

Na pesquisa de Rocha (1995) é apontada uma ambigüidade estrutural nas representações que os funcionários fazem sobre a empresa, expressa pela oposição banco de mercado/banco social. A partir dessa oposição básica, que constituiria o “dilema” inerente à empresa, o autor constrói três modelos de banco social: um modelo descrito como romântico/civilizador que se refere a um banco social ligado ao que ele denomina “missão civilizadora” da empresa em levar “progresso para o país”; o modelo corporativo/burocrático que se refere a um banco social voltado ao atendimento das necessidades dos funcionários e o modelo elitista/predador, que se refere a uma visão negativa do banco social pelo uso indevido dos recursos da empresa ao longo do tempo.

O problema é que, embora esses modelos consigam apreender os principais pontos para a compreensão da cultura do Banco do Brasil e do imaginário que sobre ele se constrói, a rigidez que é própria a todo modelo analítico acaba, a meu ver, impedindo uma completa apreensão das distinções, relações e superposições dessas versões e, sobretudo, da idéia central que as anima e lhes dá dinamismo e que será tratada neste trabalho.

⁵ As transformações que vêm ocorrendo no Banco do Brasil, sobretudo no curso dos últimos dez, doze anos, referem-se a seguidas experiências de reorganização dos processos de trabalho e reestruturação administrativa – informatização, alteração de processos e da política de pessoal, redução de quadros, seleção da clientela e fechamento de agências – bem como tentativas de redefinição do próprio papel da empresa.

Segundo minha interpretação, a oposição banco social/banco de mercado apareceu com tal intensidade na pesquisa de Rocha (1995) devido principalmente ao momento em que a pesquisa foi feita. A análise dos boletins internos editados pela representação funcional (GAREF), por exemplo, mostra como naquele momento a questão ocupava grande parte dos debates. Desde meados da década de oitenta a alta administração da empresa colocou a redefinição do papel do banco como questão central e o processo de reestruturação que se intensificou nos inícios dos anos noventa acentuou-a ainda mais.

Os dados de pesquisa a que se refere este trabalho, apontaram os mesmos elementos presentes na análise de Rocha, mas articulados a outros referenciais, Estado e governo principalmente, onde a temporalidade é um elemento privilegiado. As relações de aproximação bem como as distinções entre o Banco do Brasil, o governo e o Estado-nação se mostraram fundamentais à análise. O Banco do Brasil é uma empresa de economia mista onde o sócio majoritário é a União. Seus estatutos colocam-no como instrumento da política creditícia e financeira do governo federal e agente financeiro do Tesouro Nacional. Neste sentido, compete à empresa realizar financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Além do mais, no plano administrativo, é o executivo que nomeia o presidente do Banco do Brasil e este, por sua vez, tem controle sobre todos os órgãos deliberativos da empresa. Assim, embora se trate de uma empresa de capital aberto, o fato da União ser o acionista majoritário implica no seu controle pelo Estado, através da ingerência dos sucessivos governos sobre a empresa, sobretudo devido às relações do banco com o Ministério da Fazenda.

Constatamos, assim, a referência dos funcionários à “instituição Banco do Brasil”, um banco comprometido com os destinos do país, com uma missão histórica de atuação no campo social, mas, sobretudo, um banco que, embora parte do aparelho estatal não se confunde com

os governos de momento e paira acima dos acontecimentos circunstanciais. Este, o Banco do Brasil, com o qual a grande maioria do corpo funcional se identifica..

Por outro lado, os dados apontaram a existência de um outro Banco do Brasil que se refere à Presidência e Diretoria do momento e seus vínculos com o governo que a nomeou, mas, este um banco que para a maioria dos funcionários não representa a “instituição Banco do Brasil” com a qual eles mantêm vínculos estreitos de pertencimento. Assim, foi comum a referência a um “*Banco do Brasil da atual administração*” em oposição a um outro Banco, o “*nosso banco*”, o “*banco do passado*” ou, ainda, o “*Banco do Brasil de 180 anos*”⁶.

Ou seja, é na percepção da distinção entre o Banco do Brasil e os governos que o administram que se compreende as imagens aparentemente contraditórias que sobre ele se constroem: que ele seja definido como “*uma empresa em crise, atrasada, perdida, sem rumo, em decadência*” e, ao mesmo tempo, como “*uma empresa potente, séria, forte, tradicional, com credibilidade*”, como os dados mostraram.

A positividade sobre o Banco do Brasil apareceu sempre na referência ao “*banco do passado*” e os aspectos negativos ao “*banco da atual administração*”, ou seja, do governo. Mas, o ponto chave para o entendimento, a meu ver, é a percepção da existência de um Banco do Brasil atemporal, que não diz respeito necessária nem exclusivamente a períodos históricos, mas carrega em si uma qualidade de imanência que o

⁶ À propósito, essas observações vão de encontro ao que afirmou Roberto Cardoso de Oliveira (1976) sobre os códigos reflexivos e comunicativos que orientam o desenvolvimento das relações interétnicas e se exprimem por um sistema de oposições e contrastes. Diz o autor, recorrendo à noção de “*identidade contrastiva*”, que a identidade étnica surge como forma de diferenciação de uma pessoa ou grupo em relação a outro, por oposição, não se afirmando isoladamente, mas negando a outra identidade.

aproxima muito mais ao universo mítico. No meu entender é a referência constante a essa “instituição” quase etérea, embora nas falas tão palpável, que explicaria a atitude dos funcionários em lutar a todo custo para preservá-la ao mesmo tempo que sofrem as conseqüências do processo de reestruturação e lhe desferem críticas contundentes. Também é esta a chave para conciliar as qualidades “confiabilidade”, “seriedade”, “solidez”, “honestidade”, com as crises constantes que a empresa enfrentou ao longo de sua história – nos últimos anos, inclusive, com seguidos resultados negativos – e as acusações de utilização indevida de recursos e da prática a favorecimentos.

Logicamente, há que se tomar cuidados na análise porque muitas das referências podem estar sendo feitas a situações concretas e particulares que fazem emergir esse “passado idealizado” sobre a empresa⁷. Assim, é preciso considerar o momento e o contexto em que são formuladas essas construções sobre a imagem do banco e procurar- extrapolando os aspectos circunstanciais – buscar os significados acerca das superposições e dos distanciamentos que se apresentam nas formulações que se faz sobre o Banco do Brasil. O jogo entre passado e presente foi uma constante nos questionários porque, justamente, a empresa passava naquele momento por um processo traumático de reestruturação e de rupturas com os valores e tradições desta última. A crise dizia respeito às relações entre os funcionários e a empresa mas em um contexto de mudanças nas relações entre o Estado e o setor estatal e entre o Estado e diversos segmentos sociais.

Assim, no que se refere aos processos de mudança, o resgate constante ao “*banco do passado*” não apareceu exclusivamente como resultado de uma indefinição quanto ao papel do Banco do Brasil ou como

⁷ Corresponde ao “banco social” que na análise de Everardo Rocha (1995) se volta ao atendimento das necessidades dos funcionários, provendo-lhes com um bom salário, assistência médica, segurança e outros benefícios.

forma de resistência às mudanças. Havia mesmo uma concordância quanto à positividade do novo modelo de atuação do banco no que se refere à busca de eficiência e competitividade; criticava-se, contudo, a forma como elas estavam sendo realizadas. Nesse sentido, o “*banco do passado*” resgatava um tempo em que havia um compromisso claro entre a empresa e os funcionários; um tempo em que todos eram valorizados do ponto de vista profissional, bem remunerados, com um “status” diferenciado e com expectativas claras de carreira futura. Mas, sobretudo, diz respeito a um tempo em que havia harmonia e confiança nas relações entre a empresa e seus funcionários em oposição ao presente quando, segundo eles, ocorriam rupturas com as tradições do Banco do Brasil e uma desvalorização da dimensão humana no contexto das mudanças. A crise gerada colocou então em questão todo o modelo adotado para a empresa, no presente, fazendo emergir através do resgate do “*banco do passado*” o universo simbólico que lhe dá consistência e razão de ser. Inclusive, caberia aqui uma analogia com a “idade de ouro”, um dos temas desenvolvidos por Raoul Girardet (1987) no estudo da mitologia política. A “idade de ouro” refere-se a imagens de um passado que se transformou em lenda, um passado nostálgico de ordem e prosperidade que é narrado embora não conhecido de forma direta e um tempo que se quer restaurar como forma de dar sentido ao presente e de assinalar para um futuro promissor⁸.

O interessante é perceber como em momentos de crise, instabilidade ou mudança essas relações colocam em questão a própria auto-definição da empresa, a forma como os funcionários com ela se identi-

⁸ Na abordagem de Jacques Le Goff (1990) as *idades míticas*, em especial a *idade do ouro*, é uma forma com que as sociedades humanas, ao imaginar um passado ou futuro de felizes realizações, buscaram enfrentar a inquietude e os temores do presente. Para o autor, o que está em causa nessas formulações é, em primeiro lugar, a idéia de progresso e a busca de justiça e virtude.

cam e, conseqüentemente, a motivação e envolvimento com as propostas da mesma⁹. Por outro lado, as transformações entram em confronto seja com o imaginário que a sociedade construiu sobre a empresa seja com os interesses de vários segmentos sociais. Por fim, os acontecimentos podem incidir, inclusive, sobre a sua própria performance. Neste sentido estou resgatando a formulação de Rúben e Lúcio (1996) sobre a importância da dimensão simbólica – os autores enfatizam sobretudo a interpretação dos relatos míticos que são constantemente revividos nas empresas – para compreensão do desempenho e competitividade empresarial.

O caso aqui analisado procura, dessa forma, ressaltar elementos que permitem discutir os limites que se colocam à efetividade de uma lógica empresarial calcada nos princípios de maximização de lucros e redução de custos numa empresa onde a ordem cultural permeia fortemente todas as relações. Uma empresa que, conforme sugere este trabalho, tornou-se ao longo do tempo parte de um imaginário que, de formas e nuances variadas, resgata a todo o momento vínculos com a própria “idéia de nação”. Imaginário esse que permeia o “*banco do passado*” referido pelos funcionários¹⁰ e tem constituído o desafio da empresa no presente: atuar segundo uma lógica calcada nos princípios da racionalização econômica, que como bem diz Touraine (1995:145) “*apela mais para as idéias universalistas de produção, de racionalização e de mercado, que à idéia de*

⁹ A antropologia, inclusive, tem mostrado seguidamente que as situações de crise, instabilidade e mudanças fazem emergir com mais força a estrutura, as relações sociais e os valores e crenças dos grupos estudados, bem como o universo simbólico que as expressa (ver Turner 1974,1972,1982,1990 e, também, Gluckman,1970).

¹⁰ Everardo Rocha (1995) já havia apontado a relação entre esse “banco do passado” e uma imagem do banco como representante da nação, mas essa imagem fazia parte de um dos modelos construídos pela idéia de banco social, quando no meu entender a idéia de nação está presente em todas as construções simbólicas que se faz sobre o Banco do Brasil.

nação”, e os imperativos de ordem cultural que acionam e repõem constantemente os princípios norteadores da “idéia de nação”¹¹.

No entanto, é bom esclarecer que quando me refiro à “idéia de nação” a intenção não é desvendar os elementos simbólicos que associam o Banco do Brasil à nação em acordo com uma definição fechada do conceito de nação. No caso do Banco do Brasil, é fundamental a figura do Estado e, nesse sentido, é totalmente coerente pensar um “conceito político” de nação como os explorados por Gellner (1993) e Hobsbawn (1991) onde “sentimento comum” e “consciência de pertencimento”, “territorialidade” e “traços culturais” não bastam para a compreensão do fenômeno. Em muitos momentos será cabível a idéia de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1989) já que criatividade e imaginação são mais apropriados do que a dicotomia verdade/falsidade para a compreensão das construções próprias ao imaginário social.

Porém, mesmo que se considere a nação como uma entidade histórica (Hobsbawn,1991), no terreno simbólico ela pode expressar outras relações temporais. Se, por exemplo, considerarmos as narrativas sobre a nação como similares às narrativas míticas, estaremos frente a uma dupla dimensão temporal: a da história, pela qual se retoma o processo de construção da nação e de seus símbolos oficiais (Oliveira, 1990; Machado,1980; Carvalho,1993) e a do mito (Girardet,1987) simultaneamente histórica e não-histórica pois relaciona a um só tempo o passado, o presente e o futuro (Lévi-Strauss, 1975).

¹¹ Touraine (1995:143-144), em contraposição às teorias clássicas que conferem à nação um estatuto de racionalidade, substituindo as tradições e os costumes, faz uma distinção entre nação e empresa: “*as nações se definem mais por sua cultura que por uma ação econômica; as empresas visam tanto o lucro e o poder quanto a organização racional da produção.*” Para o autor a empresa é um agente da modernidade, mas não é possível reduzir a modernidade à técnica “*como se os atores sociais, suas relações de poder assim como suas orientações culturais se dissolvessem no mar das técnicas.*”(pag.149,157)

No entanto, como o conceito de nacionalidade não se refere apenas à ordem do abstrato e do simbólico, e, como veremos nas reflexões seguintes, a idéia de nação surge articulada às condições objetivas da vida social, gostaria de reter a definição social e política de nacionalidade como formulada por Ruben (1984) em que nacionalidade é entendida como *“sendo construída pelos homens e envolvendo todas as dimensões do processo social: econômicas, sociais, jurídicas, culturais e ideológicas, determinando um campo de luta que limita o espaço de sua configuração”* (pag.75). Como resultado de processos históricos, está sujeita a transformações e resignificações e como parte de um processo social é marcada pela dinâmica das diferenças e da desigualdade.

O BANCO DO BRASIL E AS IMAGENS SOBRE A NAÇÃO

Uma vez apresentadas as formulações dos funcionários sobre o Banco do Brasil passarei a relatar alguns fatos que permitem uma apreciação da sua imagem para outros segmentos da população, particularmente através de pronunciamentos de parlamentares, notícias e depoimentos veiculados em revistas e jornais de circulação nacional. Refiro-me, especialmente, a algumas medidas administrativas tomadas pela alta direção do Banco do Brasil, no ano de 1995, com o intuito de diminuir custos e melhorar os resultados. A reação a essas medidas expressa de forma bem clara as imagens construídas em torno da empresa e, por outro lado, exemplifica as dificuldades para a tomada de decisões segundo uma lógica de mercado em detrimento das implicações de ordem política, social e cultural.

No início de 1995 o Banco do Brasil anunciou que fecharia as agências que após um período de três meses não revertissem a situação de prejuízo. Em julho do mesmo ano, paralelamente ao lançamento do programa de demissões voluntárias, o Banco do Brasil anunciou o fechamento

de 103 de um total de cerca de 600 agências deficitárias, localizadas a maioria nas regiões interioranas do país, sobretudo nas regiões norte e nordeste. O fato provocou reações de insatisfação das comunidades locais que acionaram seus representantes no Congresso de forma que a empresa viu-se na contingência de negociar caso a caso essas medidas com as comunidades envolvidas.

Nos pronunciamentos, as falas acaloradas dos deputados dos mais diversos partidos e tendências enfatizaram que “a *história do banco se confunde com a própria história do Brasil*”, “a *instituição faz parte da formação da nação brasileira*”, se constitui em “*símbolo da criatividade e da luta de nosso povo*”, “*símbolo de nossa soberania e um marco de identidade nacional*”, como um “*fator de integração nacional*” e de “*atenuador das desigualdades regionais*”. Outros, ainda, atribuíram a atitude tomada pela administração da empresa como de “*assalto escancarado à soberania nacional*”, resgatando assim os vínculos entre o banco e a idéia de nação.

Abandonando especulações sobre a natureza e os interesses presentes nesses pronunciamentos gostaria de me concentrar naquilo que as falas dos parlamentares nos permitem apreender acerca das ações efetivadas pelas localidades que eles representam e sobre os significados e referenciais pertinentes à compreensão das questões aqui tematizadas.

Assim, à parte os interesses envolvidos na manutenção de uma agência do Banco do Brasil em cidades pequenas do interior do país, o que mais explicaria o fato de que em inúmeras cidades as atividades cotidianas tenham sido interrompidas e a população se manifestado em frente às agências do banco pedindo a sua permanência na localidade?

Se recorrermos, por exemplo, ao conceito de “drama social” desenvolvido por Turner (1974) veremos que, quando o curso normal da vida social é interrompido pela quebra de regras que governam as relações que lhe são próprias, a ruptura leva a uma situação de crise. E os momentos de crise colocam com mais força e clareza a natureza das relações sociais bem como faz emergir com mais veemência o aparato

simbólico pelo qual elas se expressam. Para muitas das localidades, o fechamento da agência do Banco do Brasil representava uma alteração nas relações com o poder público e instaurou uma situação de anormalidade, interrompendo o curso normal da vida cotidiana e fazendo emergir uma situação de crise que se expressava com mais força através das articulações da classe política na capital federal, mesmo estando o congresso em período de recesso.

Extraído do pronunciamento de um deputado do PFL, temos o relato da manifestação ocorrida em uma pequena cidade do interior da Paraíba. Segundo aquele parlamentar, a manifestação foi coordenada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário da cidade, presidido pelo padre da localidade, e contou com o apoio das lideranças políticas, sindicalistas e outras entidades representativas :

“Uma verdadeira multidão tomou conta da cidade de Fagundes, no último sábado, para participar desse ato público. Eram velhinhas e velhinhos que, intranqüilos com a notícia do fechamento da única agência da cidade, clamavam pela interferência de suas lideranças para evitar que lhes tirassem o único banco por onde recebem suas aposentadorias e recursos, a título de ajuda mensal, remetidos pelos parentes que migraram para o sul do país. Pode-se imaginar os transtornos se tiverem de se deslocar para outros centros, que ficam bem distantes do local onde moram, para buscarem atendimento bancário.

Fui procurado por uma senhora de idade que me pediu para entregar ao Exm^o Sr. Presidente da República um poema intitulado “O nosso Banco do Brasil”, de autoria do poeta Garcia, também da cidade de Fagundes, que retrata com fidelidade a importância do Banco do Brasil para a sofrida gente daquele município.

(...) Tenho afirmado, sempre, que na maioria das cidades brasileiras o único vínculo que existe do Governo Federal para com esses municípios é a agência de um banco oficial. De-

terminar o fechamento dessas agências, é o mesmo que atestar a inviabilidade de uma comunidade, formada por pessoas humildes, mas que são seres humanos iguais, com a mesma dignidade daqueles que habitam regiões mais prósperas e desenvolvidas.”

A fala acima retrata mobilizações similares às ocorridas em outras cidades onde agências do Banco do Brasil estavam prestes a fechar. Deixando de lado avaliações sobre o discurso político do deputado, gostaria de chamar a atenção para alguns pontos que se repetem na quase totalidade dos pronunciamentos de outros parlamentares: o Banco do Brasil como possibilidade de desenvolvimento para regiões carentes – notadamente pelo seu papel como fomentador da atividade agrícola – e o papel deste mesmo banco, nessas comunidades, enquanto representante do governo, ou, como é mais enfatizado, do Estado. Provavelmente isto aclara muitos outros dados obtidos das falas de parlamentares e das entrevistas efetuadas com funcionários de agências e da alta administração, que apontam para o fato de que ter uma agência do Banco do Brasil é um sinal de “status” para a comunidade, chegando mesmo a significar “uma questão de honra”. Ademais, entende-se que este banco represente um grande cacife político para o parlamentar que consegue a instalação de uma agência nas regiões onde tem sua base eleitoral ou, como é o caso, a luta pela sua manutenção nessas localidades.

Para entender melhor como nessas comunidades o Banco do Brasil é visto como representante do governo federal note-se que o deputado relata que a senhora o procurou para entregar o poema para o Presidente da República e não para o presidente do Banco do Brasil.

Convém ressaltar, ainda, que as conseqüências das decisões administrativas não ficam restritas à empresa envolvendo em maior ou menor medida amplos setores da esfera pública do país. As entidades representativas das comunidades procuram seus vereadores, acionam a prefeitura e esta os deputados estaduais, os governadores, os deputados federais,

senadores e ministros¹². Neste sentido, além de considerar as interferências da área governamental sobre o Banco do Brasil devemos considerar as pressões vindas da própria sociedade.

Note-se, também, que no último parágrafo do referido texto o parlamentar aponta para a questão das desigualdades regionais. Este é outro ponto constante em todos os pronunciamentos. E, neste sentido, retirar o Banco do Brasil significa excluir a comunidade de participar do Brasil desenvolvido¹³.

Outro aspecto presente no trecho citado refere-se à afirmação de que a retirada do Banco do Brasil implica a inviabilidade, a condenação da comunidade. Este tipo de afirmação é uma constante, embora grande parte dessas localidades vivesse anteriormente sem o Banco do Brasil. Estou sugerindo que os vínculos entre o Banco do Brasil e as comunidades locais, principalmente nessas regiões mais afastadas, remetem à esfera simbólica, ao imaginário social, chegando a conferir à instituição uma aura quase sagrada, como se a comunidade surgisse com a chegada do banco, seja porque ele traz a possibilidade de desenvolvimento e facilidade ao atendimento às populações mais carentes, seja porque confere a elas um “*status*” que as aproxima às localidades mais desenvolvidas.

¹² Observe-se, por exemplo, a informação veiculada pelo boletim GAREF de 18/07/1995: “A Câmara Municipal de Russas (CE), realizou sessão com a presença do prefeito, clube dos lojistas, Associação das indústrias de cerâmica, Associação dos micro empresários, vigário da paróquia, maçonaria, Sindicato do trabalhadores da previdência, associações comunitárias e autoridades locais”.

¹³ Quando Ruben (1984) define nacionalidade como um campo de luta marcado pelas situações de desigualdade, como uma “*relação construída no processo social de forma constante entre campo de luta e pacto*”, ressalta que o pacto não significa equilíbrio, acordo total ou consenso. Essa relação não significa a anulação da desigualdade, mas indica as diferentes formas que viabilizam um processo social marcado pela dinâmica das diferenças e da desigualdade.

Sintomática a referência à chegada do Banco do Brasil em Fagundes no poema entregue ao parlamentar e lido no congresso nacional do qual extraio alguns trechos:

“Quando você não existia
 aqui a gente padecia
 era um sufoco danado
 pois era a necessidade
 correr pra grande cidade
 voltar com fome e cansado
 Foi quando você chegou
 como que Deus enviou
 pra acabar nosso sofrer
 ninguém mais ia ser roubado
 e nem o tempo tomado
 enfim paz se ia ter”

O poema segue, conferindo ao Banco do Brasil o papel de “benfeitor” e fazendo sempre referência ao “nosso banco”. Podemos, inclusive, observar que o conteúdo do poema se aproxima às narrativas míticas: antes a calamidade e o sofrimento, depois a chegada de uma figura divina que traz a paz e a prosperidade. Diz o autor que “chegou a capacidade com um banco na cidade”. Além do mais, em outras duas estrofes também fica clara a distinção entre o banco e os governos quando o autor afirma que a cidade não é culpada “do mal administrado que existe na nação”, aos roubos e desvios, mas também da fome, doença e carência. E, é bom ressaltar, esse tipo de acontecimento não se restringe às regiões longínquas do país, mas se repete em regiões carentes próximas aos grandes centros. “Nos municípios pobres do interior do País, onde o poder de fogo do Banco do Brasil é uma lenda que continua viva, a ameaça soou como uma bomba” dizia um articulista da revista *Isto é*, de 10/05/1995, em reportagem sobre o fechamento da agência Pariquera-Açu, a 214 km de São Paulo, no Vale do Ribeira.

A partida do Banco do Brasil como prenúncio de um fim para a comunidade ou como uma calamidade é uma constante:

“Se o Banco do Brasil fechar suas portas, isso aqui vai virar uma cidade-fantasma”

(Prefeito de Pariquera-Açu, SP)

“Então, se fechar essas agências, nessas cidades, a cidade morre. Porque eu já morei em um lugar desses, pequeno, pra eles o Banco do Brasil num lugar desses é ponto de honra, quando a pessoa vai lá ele diz: ‘aqui tem Banco do Brasil’. É uma questão de desenvolvimento...”

(Funcionário do BB – Campinas)

“Tal atitude implicará o súbito desaparecimento da única alternativa de desenvolvimento para inúmeras cidades *brasileiras*”

(Deputado Federal- PSB)

“...fechar as agências é dar um atestado de inviabilidade a uma comunidade, e isso é inaceitável.”

(Dep. Federal – PFL)

E esse fim quase sempre desdobra-se numa ameaça ao próprio país, ao seu desenvolvimento e prosperidade social, bem como à sua soberania. “*Os brasileiros o conhecem (O Banco do Brasil) e sabem de sua importância, têm consciência do desastre que representaria qualquer sombra lançada sobre sua estabilidade*”, afirmava na câmara um Deputado Federal do PMDB.

No entanto, gostaria de salientar que essas construções não atingem igualmente a sociedade brasileira como um todo. Inclusive, para os brasileiros que vivem nos grandes centros, onde se multiplicam as agências de inúmeros bancos, deve causar estranheza essa relação banco/comunidade.

O acompanhamento de um farto material escrito, principalmente revistas e periódicos, revela que as idéias que movem as falas e os acontecimentos acima relatados são normalmente associadas a uma visão negativa de nacionalismo¹⁴, principalmente no contexto atual de redimensionamento do aparelho estatal quando entram em choque as idéias “nacionalistas” e “privatistas”. Neste sentido, o material aqui apresentado constitui um contraponto às afirmações sobre o esgotamento dos paradigmas centrados na análise das sociedades nacionais como forma de compreensão das mudanças na sociedade contemporânea, bem como a afirmação sobre o declínio da idéia de Estado-nação¹⁵. Permite ainda um

¹⁴ Esse tipo de associação tem sido retomado constantemente pelos membros do governo em seus discursos bem como pela mídia impressa. Tem sido avaliado positivamente o refluxo dos movimentos nacionalistas e a sua ocorrência esporádica, principalmente nas manifestações contra o processo de privatizações, é vista como uma “herança” do nacionalismo populista da era Vargas e como “resistência” à modernização, o que dificultaria a inserção do país no mundo globalizado. A título de exemplo, vide as reportagens *O ‘milagre’ e os anos 90*, de Luís Nassif, F.S.Paulo de 05/10/1997; *O Bom governo*, de Luiz Carlos Bresser Pereira, F.S.Paulo de 22/09/1997; o editorial da F.S.Paulo *FHC, Estado e Mercado*, de 08/02/1998 e a reportagem *Críticos são vozes das cavernas, diz FCH*, F.S.Paulo de 09/08/1997. Aliás a mesma oposição marcou o nacionalismo da era Vargas: o Estado Novo representava o “novo” a “modernização” contra o Brasil arcaico, atrasado. (Lippi Oliveira, 1990).

¹⁵ A esse respeito ver Ortiz (1994, 1997), Robins (1995), Hall (1995), Ianni (1996), Featherstone (19..), Meyer et alli (1997) e Smith (19..). O princípio da soberania e o Estado-nação não desaparecem para Ianni (1996), tendo ainda um papel fundamental nas decisões e jogos de relações no fluxo de transformações atuais. No entanto, segundo o autor, sofre limitações e transformações em suas prerrogativas. Quanto à reforma do Estado, sobretudo na América Latina, ver Torre (1996) e Lattman-Weltman (1996) que enfatizam a correlação entre rupturas e fortalecimento do executivo, portanto no sentido de um Estado forte e centralizador, para a efetivação das mudanças.

questionamento aos discursos universalizantes sobre as mudanças na sociedade contemporânea.

A partir do material aqui analisado seria possível afirmar, por exemplo, com Habermas (1989), que diferentemente do nacionalismo, que teria representado um primeiro momento de apropriação reflexiva das tradições, estaríamos vivendo um período onde as identidades, que ele denomina “pós- nacionais”, não mais estariam ancoradas na tradição? Ou, ao contrário, ao pensar o Brasil – e os dados aqui apresentados vão nesta direção –, concordaríamos com Rúben (1995) que “tradição”, “nação” e “região” são ainda categorias importantes ao estudo dos processos sociais contemporâneos?

Além do mais, se acreditamos que as sociedades não são estáticas, talvez fosse mais importante perguntarmo-nos sobre os significados que estariam sendo conferidos aos mesmos temas e elementos simbólicos que constantemente se repõem em nome da tradição.

Quando analisamos os vínculos simbólicos entre o Banco do Brasil e o próprio país, podemos verificar que são construções que não se restringem apenas às pequenas comunidades. O expressivo aumento na captação de recursos pelo Banco do Brasil quando da crise no sistema financeiro ocorrida em 1995, após a quebra do Banco Nacional, exemplifica bem esse raciocínio. Apesar de estar acumulando resultados negativos nos últimos balanços foi para o Banco do Brasil que grande parte da população se voltou no momento da crise. É sugestiva a frase ouvida de uma comerciante de Campinas, SP, naquela ocasião: *“Eu coloquei meu dinheiro no Banco do Brasil, porque se o Banco do Brasil quebrar é porque o país quebrou, o país acabou”*.

A frase acima correlaciona a saúde financeira do banco à do país¹⁶, mas, há outras referências que indicam a existência de vínculos que se

¹⁶ Segundo Hobsbawn (1990) a nação corresponde não apenas uma unidade política mas uma economia nacional.

dão muito mais pela tradição, porque simplesmente “*é difícil imaginar o Brasil sem o seu Banco*”, como afirmou em uma entrevista o jornalista Mauro Santayana¹⁷.

Mais relevante é notar que os fatos referentes às mudanças no Banco do Brasil, quando chegam ao Congresso, incitam ao questionamento não apenas sobre o papel do Banco, mas, também, sobre a pertinência do modelo econômico adotado para o país, a lógica do “lucro” contra a lógica do “desenvolvimento social” e, finalmente, a questão sobre a quem pertence o Banco do Brasil¹⁸. E a conclusão dos parlamentares, independentemente da filiação partidária, tem sido que o banco é “*patrimônio da nação*” e “*propriedade do cidadão brasileiro*”, é parte do aparelho do Estado mas não se confunde com o governo.

Do exposto percebe-se, portanto, que as idéias centrais à compreensão dos vínculos entre o Banco do Brasil e a nação referem-se a seu papel como promotor do desenvolvimento nacional, fator de integração, de diminuição das distâncias sociais e das desigualdades regionais, de contenção das migrações para as grandes cidades, portanto, de “inclusão” dessas comunidades num projeto de desenvolvimento nacional. No plano simbólico a representação do poder central e da soberania nacional.

Enfim, os princípios acionados nessas falas – a idéia de progresso e desenvolvimento, de igualdade e comunhão, o ideal de integração e da soberania – são os mesmos que acompanharam o processo de desenvolvimento das nações e do nacionalismo – bem como das mudanças de significado desses conceitos – desde o sec. XIX (Hobsbawn,1991; Anderson,1989; Gellner,1993). E, neste sentido, vale reter a argumentação

¹⁷ Revista *Momento*, ano I, nº 6, nov/dez-95, editada pela ANABB (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil).

¹⁸ A questão, inclusive, foi tema de uma dissertação de mestrado em economia da Puc-SP (Montebello, 1993)

de Meyer et alli (1997) sobre a existência de propósitos universais, racionalizados e articulados de forma consensual como os de igualdade, progresso sócio-econômico, desenvolvimento, cidadania, justiça e direitos humanos. As pequenas localidades vêm no Banco do Brasil a possibilidade de integrar o local ao nacional, não no sentido da unificação territorial, mas como forma de inserção e de busca de igualdade no plano econômico e social.

No plano simbólico os vínculos entre o Banco do Brasil e as pequenas localidades se reafirmam na figura do funcionário, ponto importante à compreensão da própria cultura da empresa.

Alguns aspectos abordados em uma reportagem veiculada pela revista *Isto é* permitirão pensar essa questão¹⁹. Diz a reportagem que “*Já houve época em que gerente do Banco do Brasil era figura ilustre em qualquer município do interior do país. Era chamado para batizar crianças ou apadrinhar casamentos e, nos fins de semana, era convidado a ser o juiz das partidas de futebol no clube local*”. Embora a revista se refira aos fatos como parte do passado, as entrevistas realizadas com funcionários mostram que isto ainda persiste na maioria dessas pequenas cidades:

“O banco, ele é muito importante ainda pra comunidade. Se ele é importante na cidade grande e na cidade de médio porte, na cidade pequena você nem imagina o que é. (...) porque a seriedade do banco... ela fala mais alto, sabe? O cheque é bem aceito, a poupança é bem aceita...os funcionários são participativos, respeitados...nas cidades pequenas eles são altamente participativos... nas atividades da comunidade. De chegar numa festa e o cara que está no microfone falar *‘está adentrando no pedaço o senhor fulano de tal, gerente da agência do Banco do Brasil e sua esposa...’*, o fulano e fulana funcionários da nossa agência do Banco

¹⁹ Reportagem *Órfãos do BB – a pequena Pariquera-Açu luta para manter agência do Banco do Brasil*, de Paulo César Teixeira.

do Brasil', já aconteceu isso com a gente aqui no nosso interior de São Paulo. Você imagina por aí, no resto do Brasil?"

A entrevista com um funcionário vindo do interior da Paraíba e transferido para Campinas, SP, aclara as colocações feitas pela entrevistada acima e permite uma comparação com o Banco do Brasil dos grandes centros:

"...a cidade era pequena, aí você conhecia todo mundo... além de ser cliente, é colega de rua seu...não tinha tanta diferença assim de nível como ocorre aqui em Campinas, que tem muita gente...tem muita empresa...lá era muito agricultor...pessoal simples, pessoal receptivo, pessoal bom..."

O mesmo entrevistado fala sobre a imagem do banco:

"...em cada cidadezinha daquela só tem Banco do Brasil. Tal qual que não tem outro, pode ser bom ou pode ser ruim, não vai fazer diferença porque só existe aquele.(...) A gente tenta fazer, tirar dinheiro dali, tirar leite de pedra (...) financiamento fica mais fácil do pessoal conseguir (...) tem o pagamento dos aposentados, pros velhinhos, como a gente chamava, aquilo também ajuda muito porque o dinheiro deles fica ali na cidade, o banco centraliza, ajuda o comércio da região, (...) a gente conseguiu lá pra cidade um trator...e um arado, essas coisas, para aquele lado, para aquela cidadezinha, pra comunidade lá era grande coisa (...) agora o banco em si, ele mantém o dinheiro na cidade, ainda roda algum dinheirinho ali...graças a isso, senão..."

E, sobre a participação dos funcionários na vida da comunidade:

"É até uma falta de respeito você não participar...vamos dizer.. você é uma autoridade, ... é uma autoridade presente e o

peçoal tem estímulo em receber,...tem gosto em receber...recebe satisfeito porque você está ali presente. Aqui nem tanto, aqui é uma indiferença, né, Campinas é indiferente, tanto faz você ir como não ir, não tem diferença nenhuma, não vai afetar a imagem do banco, porque ali né, na cidadezinha do interior você é mais banco do que aqui, você lá tem sua imagem, você tem uma agência com uns cinco funcionários....,você parece mais com o banco..."

Assim, quando a direção da empresa, após fortes pressões, foi forçada a negociar com as comunidades a manutenção ou fechamento das agências, aventou-se a possibilidade de manter nessas cidades apenas um guichê de atendimento na prefeitura, ou um atendimento volante, que se daria em dias determinados. No entanto, grande parte das cidades insistia na manutenção das agências. Temos que pensar, portanto, nos elementos presentes nas falas acima que extrapolam os aspectos puramente econômicos. As entrevistas mostram que a presença dos funcionários confere *status*. Além do mais, eles normalmente participam ativamente da vida da comunidade, atuando em entidades locais, nas atividades esportivas, organizando festas, rodeios, buscando patrocínio do banco e de empresas para essas atividades, promovendo as campanhas contra a fome, programas de alfabetização, atuando como professores na rede de ensino local e outras tantas atividades que dão nova dinâmica à localidade. Há que se considerar, ainda, a importância da presença física do banco. É de se notar, e quem já percorreu essas regiões pode confirmar, que normalmente o prédio onde funciona a agência do Banco do Brasil é o mais bonito e moderno da cidade, na maioria das vezes mais vistoso que o prédio da prefeitura, às vezes uma das poucas construções de alvenaria. E, por menor que seja a cidade, é praticamente constante a presença de uma AABB, muitas vezes o único clube local.

NARRATIVAS HISTÓRICAS/NARRATIVAS MÍTICAS

As narrativas sobre o Banco do Brasil, apresentadas neste trabalho, enfatizam o seu papel como “agente do desenvolvimento nacional” e definem essa atuação como parte perene de sua história.

As falas dos parlamentares, por exemplo, ressaltam a importância do Banco do Brasil, hoje, no cenário econômico nacional, através do resgate de valores que estes associam à história da empresa desde a sua fundação em 1808, quando da vinda de D. João VI e da corte portuguesa para o Brasil.

O próprio banco assumiu ao longo do tempo essa identificação com os símbolos de nacionalidade. Examinando, por exemplo, o parágrafo inicial do histórico da empresa, que estava disponível na rede de comunicação interna do Banco do Brasil, em março de 1995, depara-se com a afirmação que “*Desde cedo o Banco do Brasil identificou-se com os princípios mais significativos da nacionalidade, o que lhe valeu a confiança do povo brasileiro*”.

Mas, se considerarmos, como sugeri anteriormente, que essas narrativas e as idéias a elas associadas são da ordem das metáforas míticas e, sabendo que “*as realidades empíricas em todas as suas particularidades jamais poderão corresponder aos mitos*” (Sahlins, 1990, p.185), torna-se necessário compreender a forma como se relacionam os signos à realidade empírica. Pois, como também afirma Sahlins (1990), conceitos e categorias são colocados constantemente em risco quanto ao seu significado de acordo com as relações diferenciais que os signos mantêm entre si em um dado sistema simbólico. E, de forma mais sugestiva, que “*o significado de qualquer forma cultural específica consiste em seus usos particulares na comunidade como um todo*” (p.190).

É neste sentido que o recurso à história, na presente análise, ao articular fatos datados e sistema simbólico, permitirá perceber os diversos sentidos que são construídos a partir dos fragmentos da história do

Banco do Brasil; fragmentos esses que são ordenados e reordenados seguidamente, mas têm como princípio norteador o mesmo tema: a idéia de nação.

Se analisarmos os principais eventos da história do Banco, verificaremos que não há uma constância de atuação embora muitos aspectos se mantenham, como, por exemplo, a sistemática de nomeação de seus administradores que, no Império era atributo do imperador e na República passou ao Presidente, bem como a utilização de recursos da instituição, pelos diferentes governos, no atendimento aos mais variados interesses. No mais, é improcedente a afirmação de que o Banco do Brasil, nos quase duzentos anos de sua existência, tenha contribuído para o desenvolvimento da nação e exercido um papel social, de integração e redução das desigualdades como ele tem sido definido na atualidade.

A principal razão de sua fundação, por exemplo, foi prover recursos para atender às despesas crescentes da corte recém transferida para o Brasil e, portanto, à manutenção da monarquia (Melo Franco,1979). Usado sistematicamente para atender ao caixa do governo a consequência foi o aumento crescente das emissões de papel moeda sem lastro real o que resultou em um processo inflacionário constante.

Não obstante, eu concordaria que sua existência e atuação são marcadas, desde o início, por elementos de afirmação da nacionalidade brasileira. Mas, essa compreensão só se dará a partir de um entendimento de sua representatividade no plano simbólico.

Do acompanhamento do fatos narrados e da leitura de alguns pronunciamentos políticos presentes nas obras historiográficas, percebe-se as críticas e a rejeição à atuação do Banco do Brasil no império, de forma mais acirrada no reinado de D.João VI, também intensa no reinado de D. Pedro I e em menor medida no de D.Pedro II.

Durante a existência do primeiro Banco do Brasil, que coincide com a estada da família real no Brasil, o papel-moeda só circulava na

corde e, portanto, não se constituía em uma moeda nacional. O governo agia intervindo abertamente na administração do banco, mesmo quando era detentor de um número mínimo de ações: nomeava administradores, suspendia e institua favores, alterava o valor dos bilhetes emitidos, controlava as transações financeiras e as emissões e não pagava suas dívidas para com a instituição. Além do mais, para compensar os desfalques seguidos ao caixa do Banco do Brasil, o governo institua impostos e monopólios fiscais, aumentava o capital convocando acionistas nas capitania em troca de títulos, promoções e isenção ao serviço militar²⁰.

Mas, no meu entender, como o governo que agia sobre o banco e dele usufruía era representado pelo príncipe português, as críticas ao Banco, naquele período, necessitam ser entendidas principalmente como dirigidas contra os portugueses.

Portanto, parece viável afirmar que os primeiros vínculos do Banco do Brasil com a construção da identidade nacional se deram de forma inversa ao que se apresenta nas narrativas. O Banco do Brasil figurava, então, como um foco de críticas à coroa portuguesa e um elemento por meio do qual se expressavam o descontentamento e a desconfiança dos brasileiros incentivando os ideais revolucionários que clamavam pela autonomia do país em relação a Portugal.

Talvez o primeiro elo forte entre o Banco do Brasil e o Brasil tenha se constituído no momento em que a corte se retirava para Portugal levando daquele banco todo o ouro e diamantes depositados. Diz Victor Viana (1926) que a reação dos *brasileiros* foi tamanha ao tentar impedir a saída da esquadra de D. João VI do porto, com os cofres abarrotados de valores, que obrigou o príncipe a se utilizar dos regimentos da divisão portuguesa para conter os manifestantes.

²⁰ Vide as obras *O Banco do Brasil*, de Victor Viana (1926) e *História do Banco do Brasil*, de Afonso Arinos de Melo e Franco e Cláudio Pacheco (1979).

Totalmente desfalcado em recursos, o banco ainda manteve seu funcionamento até a sua efetiva liquidação, em 1830. E sua precária existência nesse curto período se por um lado serviu para consolidar o processo de independência, por outro significou a contínua deterioração da sua situação econômico-financeira. D. Pedro I apenas repetiu os atos de D. João VI, fazendo do banco o fornecedor de recursos ao reino. Novamente os ressentimentos dos brasileiros contra o imperador se materializaram no ataque ao Banco do Brasil pois, como nos diz Afonso Arinos (1979), *“a oposição se voltou contra as instituições do estado, uma vez que a pessoa do soberano era inviolável”*.

E é curioso observar que essa atitude de atacar o Banco do Brasil como forma de criticar o próprio governo se repete nos dias atuais. Quando os agricultores protestam contra a política agrícola, as taxas de juros, a suspensão de financiamentos ou o preço mínimo dos produtos agrícolas, tem sido comum a realização de atos públicos em frente às agências do Banco do Brasil: tratores postados à frente das agências impedindo o seu funcionamento, toneladas de grãos sendo despejados às suas portas e mesmo agressões ao prédio da agência, quando os produtos são atirados sobre ela. Mais recentemente ainda, o Banco do Brasil foi alvo de manifestações dos trabalhadores “sem terra” na região do Pontal do Paranapanema. A agência foi invadida como forma de pressionar a contratação e liberação de recursos para os assentamentos e para a produção agrícola.

Esses atos, de forte conotação simbólica, são a forma inversa daqueles outros em que o banco é alvo de manifestações positivas. Quando se reivindica a sua permanência e se enaltece a sua atuação ele é “personalizado”, como nos versos do poeta da pequena cidade de Fagundes *“Foi quando você chegou...”*, torna-se um “benfeitor”, salvação para muitos dos males da região e esperança de progresso²¹. Ambos os aconteci-

²¹ É interessante notar como a esta simbologia correspondem distinções que se

mentos se referem a momentos em que se confere concretude a essa instância informe denominada governo, seja a sua “materialização” no prédio da agência ou a sua “personificação” como “benfeitor”.

Nesse sentido, quando no presente a classe política e diversos segmentos sociais conferem à tradição certos atributos do Banco do Brasil, resgatando inclusive o banco do império, parece que estamos diante de fenômenos sociais que apontam para aquilo que Hobsbawn (1984) denominou “tradições inventadas”. Ou seria mais apropriado dizer “tradições imaginadas” no sentido de Benedict Anderson (1989)?

Um dos aspectos resgatados nessas narrativas que afirmam o papel do Banco do Brasil no sentido de “unificação”, “integração nacional” e “propulsor do desenvolvimento” tem sido a sua expressividade no cenário nacional, principalmente por dispor de uma rede de agências que cobre praticamente todo o território nacional²². No entanto, até o início deste século, o Banco do Brasil dispunha de pouquíssimas agências, todas no Rio de Janeiro. O movimento de criação de agências em outros estados só ocorreria no período da República, a partir de 1906.

dão no campo conceptual. A maioria dos autores que se dedicam à reflexão sobre a questão da identidade nacional, do nacionalismo, da própria idéia de nação, têm enfatizado as distinções entre estado e nação. O estado é a expressão política da nação (Gellner, 1993). Marcel Mauss (1972) além de fazer essa distinção afirmava que os regimes de governo também não se confundem com a idéia de nação uma vez que os governos podem se caracterizar pela “relatividade” e “instabilidade”; podem exercer poderes que estão em desacordo com o dos governados, podem gerar desconfiança e não necessariamente ser alvo de respeito, embora para ele só fosse possível existir nação onde houvesse um centro de poder estável. Para Hobsbawn (1984) esse dilema se resolve apenas com a democratização que dá legitimidade a estados e regimes independentemente do contentamento desses cidadãos.

²² O Banco do Brasil é a maior instituição financeira da América Latina e detém cerca de 3.000 agências espalhadas por todo o país. Dos 6.000 municípios brasileiros o banco chegou a marcar presença em 4.000, sendo que em 500 deles era o único banco presente nas localidades.

Além do mais, um Banco do Brasil atuando no sentido de fomentar o desenvolvimento das regiões mais carentes do país, com financiamento aos pequenos produtores agrícolas e às pequenas empresas é, também, bastante recente. Quando em fins do século passado, o Banco do Brasil tomou a si pela primeira vez em sua história, a atribuição que viria a ser no século seguinte a marca de sua atuação: o financiamento do setor agrícola, o fez para atender aos interesses do governo. Este firmou um acordo com o Banco do Brasil para a instituição de uma carteira de crédito agrícola como forma de compensar aos grandes produtores os prejuízos decorrentes do processo da abolição. Portanto, a atividade que neste século caracterizaria a chamada “função social do Banco do Brasil” foi direcionada em princípio a beneficiar as oligarquias regionais, os grandes produtores, portanto as elites econômicas do império e também para atender à política de substituição da mão de obra escrava promovendo o financiamento para assentamento de imigrantes europeus nas lavouras de café. No entanto, parece procedente pensar que a instituição da carteira agrícola foi um passo relevante no sentido de expandir a presença do banco em outros estados, principalmente nas regiões sudeste e nordeste.

A partir de um levantamento das datas de inauguração das agências as pode-se verificar, por exemplo, como a atuação do banco foi se modificando ao longo dos diferentes governos republicanos. Em 1908, com o estatuto de agência havia apenas a situada no Rio de Janeiro. A segunda e terceira agências, respectivamente em Manaus e Belém, relacionam-se ao ciclo da borracha, a quarta, em Santos, SP, à importância de seu porto para escoamento da produção do café. Em 1917 o Banco do Brasil totalizava 23 agências em todo o país, a maioria localizada nas capitais ou em cidades estratégicas do ponto de vista econômico. A historiografia revela por um lado a pressão de setores do congresso e de representações de interesses ligadas ao comércio e à indústria para que se acelerasse o processo de abertura de agências nas capitais e, por outro lado, críticas feitas

por outros parlamentares e setores sociais contra a atuação do Banco do Brasil apenas nas localidades que propiciavam altos lucros, deixando, dessa forma, ao abandono os pequenos centros produtores (Melo Franco e Pacheco, 1979).

Até 1929 já haviam sido inauguradas 83 agências. Na década de 30, início da Era Vargas, o número de agências cresceu um pouco, passando a 93. Foi na década de 40 que o processo se intensificou sendo que em 1950 o Banco contava com 283 agências. Mas, se considerarmos que em 1994 o Banco do Brasil chegou a contar com cerca de 4.000 pontos de atendimento pelo país, vê-se que, embora o nacionalismo da era Vargas tenha atuado no sentido de firmar o papel do Banco como impulsionador do crescimento econômico do país, principalmente com a criação da Carteira de Crédito Agrícola em 1936, e da Carteira de Comércio Exterior em 1941, foi nos períodos seguintes, do desenvolvimentismo da era Kubitschek e dos governos militares que ele se expandiu por todo o território nacional. Em fins da década de 70, em apenas uma gestão, o banco inaugurou 1.134 agências nas regiões mais afastadas do país e consolidou a assistência às pequenas e médias empresas²³.

Assim, embora as narrativas sobre o banco resgatem a todo momento um passado de realizações em prol do país, valendo-se de fragmentos de sua história que são reordenados, parece-me mais apropriado fazer referência a um “passado mítico”. As narrativas não se reportam apenas a um passado idealizado ou um passado construído; não correspondem, necessariamente, aos fatos datados sobre a instituição e são contadas e rememoradas em determinados momentos significativos. No âmbito da empresa essas narrativas se dão quando os funcionários mais antigos se dirigem aos mais novos, repetem-se constantemente nas festas

²³ Em fins da década de 80, apesar da extinção da Carteira de Crédito Agrícola, era responsável pelo financiamento de 2/3 de todo o crédito rural do país.

de confraternização, nas homenagens e despedidas, nas referências às mudanças, nos momentos de crise e ameaça de rupturas²⁴. Para a sociedade como um todo, essas narrativas são retomadas seja quando uma comunidade se vê na iminência de perder sua agência, seja quando medidas governamentais ameaçam a instituição ou os seus devedores, quando os financiamentos são suspensos ou os juros aumentados, ou, ainda, quando se critica o papel diferenciado da instituição ou os chamados “privilégios” de seus funcionários. E, neste sentido, parece pertinente a observação de Raoul Girardet (1987) acerca da mitologia política, quando afirma que em momentos de crise social e de ameaça à ordem estabelecida, e mais, quando há uma perda de referenciais a uma coletividade ou grupo, os mitos “*impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração*”(pag.180).

Ora, como diz Lévi-Strauss (1975), o mito é linguagem e a sua essência está antes de tudo na história que é contada. A narrativa mítica conta sempre uma história sobre o passado, tendo como matéria resíduos e fragmentos dos acontecimentos que ordena e reordena seguidamente na busca de um sentido (Lévi-Strauss, 1970). Assim, a capacidade transformadora é inerente ao mito gerando inúmeras versões a partir do mesmo material (Lévi-Strauss,1989).

Num artigo recente (Ruben e Lúcio,1997), os autores analisam a realidade empresarial como da ordem das metáforas míticas. Trazem para reflexão a hipótese de que “*uma cultura empresarial brasileira poderia ser considerada como um conjunto de relatos míticos e o desempenho particular de uma determinada empresa poderia ser melhor avaliado se fosse levado em conta a interpretação da **relação proporcional direta** do mito com seu respectivo presente etnográfico*”(pag.7)

²⁴ É importante ressaltar a recorrência da referência a esse passado por funcionários que não o haviam experienciado mas que o repetiam por ter ouvido de outros funcionários e de familiares.

Acreditando que, no caso do Banco do Brasil, a dimensão simbólica é não apenas importante mas crucial ao entendimento da cultura da empresa e do seu desempenho, devo ressaltar, no entanto, que a interpretação de um “mito de origem” da empresa Banco do Brasil, como sugerem os autores, implica a elaboração de um quadro analítico bastante complexo. O material analisado sugere não a preponderância do “mito de origem” da empresa Banco do Brasil mas a sua presença como principal protagonista em um complexo simbólico do qual derivam vários “mitos de origem”.

Uma tentativa de sistematização do material aqui apresentado permite observar que todos os envolvidos: os parlamentares, os membros das comunidades e os funcionários narram histórias, semelhantes mas não iguais, que giram em torno de um mesmo tema – a idéia de nação – para dizer coisas diferentes.

Os parlamentares contam uma história sobre o banco com fragmentos trazidos dos acontecimentos históricos, aos quais eles dão uma interpretação e sentido para justificar a permanência do banco nas pequenas cidades ou defender a sua sobrevivência enquanto parte do aparelho estatal. Diz essa história que o banco desde o seu início promoveu o desenvolvimento do país, foi fator de integração e de unidade nacional, teve uma missão social, prestou serviços às comunidades e ao país, enfim, participou do processo de construção da nação. Portanto, essas narrativas não falam apenas sobre a origem do Banco, mas, principalmente, como através dele originou-se a nação.

As comunidades contam uma história sobre o Banco do Brasil que se inicia quando da chegada do banco à localidade. De forma análoga, é como se o surgimento da comunidade se desse com a chegada do Banco do Brasil, pois com ele vem o desenvolvimento, a ordem e a possibilidade de integração ao restante do país. Os habitantes e seus representantes rememoram esse passado como forma de luta para a sua própria sobre-

vivência. Nessas narrativas, a vinda do Banco, tal como a dos heróis míticos, diz sobre a própria origem da comunidade.

Os funcionários contam uma história sobre o banco a partir do seu ingresso no Banco do Brasil (como um nascimento e ao mesmo tempo inclusão em um grupo seletivo). É uma história que eles ouviram dos antigos funcionários que ouviram de outros mais antigos ainda. Nessa história raramente há a reconstituição dos fatos históricos, como na narrativa dos parlamentares, mas os mesmos elementos que lá se apresentam são acionados quando os funcionários se referem a esse “banco de antigamente”. A narrativa nem sempre é voltada para justificar o presente ou pensar o futuro, mas, em muitos casos, como forma de resgatar um tempo perdido que ao ser rememorado permite a manifestação dos sentimentos de pertencer à instituição. É o nascimento do funcionário enquanto membro da instituição e, se tomarmos algumas falas de entrevistados, os dados chegam a sugerir um outro nascimento dado por um despertar da “consciência da cidadania”, visto também como forma de identidade do funcionário com a empresa²⁵.

QUANDO A LÓGICA EMPRESARIAL SE VALE DA ORDEM CULTURAL

Como afirmei no início deste trabalho, em uma empresa como o Banco do Brasil em que a dimensão simbólica permeia fortemente todas as relações, a ordem cultural se choca constantemente com os princípios da racionalidade econômica que conformam a lógica empresarial.

²⁵ Na formulação de Ruben (1984) nacionalidade e cidadania, embora muitas vezes sejam tomadas como equivalentes, não são a mesma coisa. No entanto, o conceito de cidadania expressa o conteúdo jurídico da nacionalidade.

Os episódios narrados mostraram como as reações das pequenas localidades às medidas tomadas pela alta administração da empresa no sentido de fechamento de agências para redução dos custos e prejuízos acabaram obrigando-a a uma negociação com as localidades antes da efetivação dessas medidas. Neste sentido, pergunto: seria possível afirmar que a lógica cultural, que reclamava o papel “tradicional” da empresa, suplantou a lógica empresarial?

O acompanhamento dos acontecimentos parece mostrar que não. A empresa, ao que tudo indica, não apenas cedeu, negociou. Para a manutenção da agência nas comunidades valeu o princípio da “reciprocidade”. *“Vocês querem o Banco do Brasil aqui?”*, relatava um funcionário envolvido no processo de negociação, *“Nós vamos ficar aqui se vocês querem... agora, nós queremos que vocês centralizem os negócios de vocês conosco”*. Os dados disponíveis mostram que houve um esforço de muitas comunidades no sentido de tornar a agência lucrativa: transferindo recursos para o Banco do Brasil, às vezes mesmo a título de “subvenção”, fornecendo o prédio para funcionamento da agência, mobilizando-se para aumentar a captação, e assim por diante.

Por outro lado, mudanças mais recentes na relação com a clientela e na forma como tem sido utilizada a imagem do Banco do Brasil nas peças publicitárias, mostram que a direção da empresa apropriou-se com maior ênfase dos elementos simbólicos que no imaginário social vinculam o banco à idéia de nação como parte de sua estratégia empresarial.

É interessante notar que nos últimos meses houve um investimento pesado na utilização da simbologia que envolve o banco com o intuito de atingir a totalidade da população. Não mais a clivagem entre campo e cidade, características dos períodos anteriores, mas propagandas que manipulam mais ostensivamente os símbolos da nacionalidade. A propaganda que impactou o mercado ao trazer para o Banco do Brasil o antigo cliente de um banco concorrente inicia-se com o cantarolar da

“Aquarela do Brasil”, as imagens do Brasil associadas às das agências e à marca do banco. Inclusive, os últimos relatórios anuais apresentados pela empresa, sobretudo os de 1996 e 1997, mesclam os dados financeiros com fotografias sobre manifestações culturais das diferentes regiões brasileiras – valendo-se em todas elas da exaltação às cores da bandeira – e textos de historiadores e antropólogos sobre questões como cidadania e “brasilidade”. No mesmo sentido, os cartazes atuais, os *folders* e as propagandas nas revistas enfatizam que o banco é “do Brasil”. Isto é interessante quando observa-se que em agosto de 1993 houve uma proposta da alta administração para a retirada da partícula “do” do nome do banco, o que desencadeou reações por parte do funcionalismo e dos sindicatos.

Talvez, neste “do” esteja parte da explicação. Porque ele implica um “nosso” e portanto a referência a um coletivo, a algo que é propriedade de todos. Nas falas que resgatam esse vínculo entre a instituição e a nação, ele figura como propriedade da sociedade brasileira e de seus cidadãos. E, neste sentido, enquanto patrimônio da nação pode, muitas vezes, ser tomado como seu símbolo.

Talvez, por este caminho se explique também os vínculos entre o funcionalismo e a empresa, que se constituía até bem pouco tempo numa relação passional, onde se trabalhava “por amor ao banco”²⁶. E

²⁶ A esse respeito ver a análise de Tozzi (1997) comparando as relações funcionários/empresa no Banco do Brasil e na Telebrás. Segundo a autora, na Telebrás o envolvimento dos funcionários com a empresa se daria num plano mais racional, marcado por relações estritamente profissionais, enquanto que no Banco do Brasil elas se dariam num plano passional, marcadas por relações sentimentais.

A esse respeito, é importante, ainda, considerar a análise que Benedict Anderson (1989:157) faz sobre a utilização do vocabulário de parentesco ou do lar na referência à pátria, o que explicaria o “amor à pátria”. Na utilização de expressões do universo familiar haveria, segundo o autor, a referência a algo que se está ligado “natu-

assim, compreenda-se que enquanto parte de uma empresa onde os funcionários se consideram a serviço da nação haja uma participação expressiva em tantos movimentos sociais, em prol da cidadania²⁷. Com efeito, a interpretação dada por alguns funcionários da Direção Geral, em Brasília – e o material analisado permite uma concordância, embora não generalizada, a esse respeito –, vai no sentido da afirmação de uma “*brasilidade*” – que resgata a cidadania como forma de pertencimento à empresa –, como característica da cultura do Banco do Brasil.

Mais ainda, entende-se o aparente paradoxo da identificação dos funcionários com o “banco do passado”, a instituição Banco do Brasil, e a negação ao “banco do governo”, as críticas à administração da empresa, mas o empenho em preservá-la. É que, neste sentido, o banco é peregrino enquanto as administrações são fortuitas e passageiras; o banco é patrimônio do Estado e parte da nação, mas não propriedade do gover-

almente” e que, portanto, que não se pode evitar ou escolher. No Banco do Brasil, como em outras estatais e empresas públicas, é recorrente a utilização de metáforas do universo familiar o que sugere um interessante campo de investigação para pensar as relações empresa/nação.

²⁷ O material disponível mostra uma participação ativa do funcionalismo do Banco do Brasil em movimentos ligados à educação, veja-se por exemplo o projeto BB-educar, ao incentivo à capacidade associativa promovendo e orientando programas de formação de cooperativas, a participação ostensiva no programa “Ação da Cidadania” coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza e muitas outras atividades similares. Ressalte-se ainda que o BB-educar além de programa de alfabetização que se espalha por todo o país dedica-se a estimular a atividade associativa nas comunidades assistidas. Quanto ao programa “Ação da Cidadania”, o próprio “Betinho” reconheceu sempre a importância da participação dos funcionários do Banco do Brasil: *“uma das instituições que primeiro reagiu e aderiu à campanha foi o Banco do Brasil (...) A adesão foi entusiástica, surpreendente e nacional. O Ibope revelou a existência da Ação da Cidadania em praticamente todas as cidades do Brasil, com cerca de três mil comitês organizados com a participação direta dos funcionários. (Revista Momento, nº6, ano I, nov-dez/95).*

no. De forma análoga, é pela distinção entre Estado-nação e governo que se pode criticar ferrenhamente os governos ao mesmo tempo em que se reafirma os sentimentos em relação à nação.

Minha interpretação sugere ainda que as imagens, as construções simbólicas sobre o Banco do Brasil, referem-se muito mais a um ideal que se encontra no passado e que se luta por concretizar no presente ou, ao menos, permitir sua concretização no futuro. Uma vontade permanente – de unidade, integração, progresso, igualdade – que nunca se realizou plenamente e, por isso mesmo, muitos busquem a todo custo preservar, mesmo se apenas como “potencialidade”.

E, de outra perspectiva, são também dessa ordem as posturas contrárias ao modelo de atuação do Banco do Brasil. Quando se critica o Banco do Brasil enquanto parte do aparelho estatal o referencial simbólico é o mesmo: as imagens sobre a nação e os símbolos de nacionalidade. Apenas que, neste caso, se trata da adoção de um modelo que se contrapõe aos princípios que conformam a idéia de nação e, um modelo que, no meu entender, traz implícita a idéia de desconstrução desses vínculos simbólicos.

ABSTRACT: This article is a reflection on the form how connections were built between the company “Banco do Brasil” and nationality signs in the course of time. We tried to understand to what extent those given connections in the symbolic dimension are confronted or are articulated to the managerial logic that rules the administration of the company in the last years.

KEYWORDS: nation, myth and symbolism, national identity, cultural logic, utilitarian logic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. SP: Ática, 1989.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. SP: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas- o imaginário da república no Brasil*. SP: Cia da Letras, 1993.
- CERQUEIRA LEITE, R. *Quem tem medo do nacionalismo?* SP: Brasiliense, 1983.
- FEATHERSTONE, M. "Global Culture". In: FEATHERSTONE (ed) *Global culture nationalism, Globalization and modernity*. London: Sage, 1990.
- GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. SP: Cia. das Letras, 1987
- GLUCKMAN, M. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell, 1970.
- HABERMAS, J. *Identidades nacionais y postnacionales*. Madrid: Ed. Tecnos, 1989.
- HALL, S. "A Questão da Identidade Cultural". In: *Textos Didáticos*, ARANTES, A. A. (org.), Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.
- HOBSBAWN, E.J. "A invenção das tradições". In: Hobsbawn, E. e Ranger, T. (orgs.) *A invenção das tradições*. SP: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade*. RJ: Paz e Terra, 1991.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. RJ. Ed.Civilização Brasileira, 1996.
- LATTMAN-WELTMAN. "Economia e política na reforma do Estado", *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, nr.37, 1996.
- LE GOFF, J. "Idades Míticas". In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. "A estrutura dos mitos". In: *Antropologia estrutural*. RJ: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. "Como morrem os mitos". In: *Antropologia estrutural dois*. RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

- _____. “A ciência do concreto” e “O tempo redescoberto”. In: *O Pensamento Selvagem*. SP: EDUSP, 1970.
- LIPPI, L. O. *A Questão Nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990.
- MACHADO, L. T. *Formação do Brasil e Unidade Nacional*. SP: IBRASA, 1980.
- MAUSS, M. “La nación”. In: *Sociedad y Ciencias Sociales-Obras III*. Barcelona: Barral Ed., 1972.
- MELO FRANCO, A. A. e PACHECO, C. *História do Banco do Brasil*, vol.I a V, Banco do Brasil (ed.), 1979.
- MELO SOARES, R.M.S., “Gestão e relações de trabalho na empresa estatal brasileira”. In: *Mudanças Tecnológica, Aumento de Produtividade e Participação dos Trabalhadores em Empresas Estatais: Elementos para o Planejamento* Brasília, IPEA/IPLAN, série Acompanhamento de Políticas Públicas, nr.25, 1990.
- MEYER, J. W. , BOLI, J., THOMAS, G.M and RAMIREZ, F.O. “World Society and the Nation-State”. In: *American Journal of Sociology*. The University of Chicago Press, vol.103, nº 1, 1997.
- MONTEBELLO, S. C. “BB: Banco do Brasil ou do Governo? Dilema Histórico de uma Instituição”. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia) Pucc.
- ROCHA, E. G. “Notas para um estudo da cultura do Banco do Brasil”. mimeo, 1995.
- RODRIGUES, L. C. e GUSSI, A.F. Relatório FAPESP – cultura organizacional do Banco do Brasil. Campinas, mimeo, 1996.
- _____. “Mudanças e continuidades no processo de reestruturação do Banco do Brasil”, mimeo, 1997.
- RUBEN, G. R., “Empresários e globalização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, ano 10, junho, 1995.
- _____. “Teoria da Identidade: Uma Crítica”. *Annário Antropológico*, Brasília: Tempo Brasileiro-UNB, 1988.
- _____. *O que é nacionalidade*. SP: Brasiliense, 1984.

- RUBEN, G. e LUCIO, C.F. “Realidade empresarial através de metáforas míticas. Investigando o estilo nacional nas organizações empresariais brasileiras através de narrativas de caráter mitológico”. *Anais do V Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia*. Dezembro/1996.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. RJ: Zahar, 1990.
- SMITH, A. D. “Towards a global culture?”. In: FEATHERSTONE (ed.) *Global culture-nationalism, globalization and modernity*. London: Sage, 1990.
- SOUZA SANTOS, B. *Pela Mão de Alice*. SP: Ed. Cortez, 1995a.
- _____. “A construção multicultural da igualdade e da diferença”. *Palestra no VII Congresso Brasileiro de Sociologia*. RJ. Setembro/1995. Mimeo, 1995b.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOZZI, N. “Razão x Paixão – o lado obscuro dentro de duas empresas do setor estatal”. Campinas, 1995 (Monografia) – IFCH-Unicamp.
- TURNER, V. W. *Schism and continuity in an African Society*. Manchester University Press, 1972.
- _____. *Dramas, Fields and Metaphors – Symbolic Action in Human Society*. EUA: Cornell University, 1974.
- _____. *From Ritual to Theatre – The Human Seriousness of Play*. Performing Arts Journal Publications, New York City, 1982.
- _____. *By Means of Performance: intercultural studies of theatre and ritual*. Richard Schechner and Willa Appel (ed), Cambridge University Press, 1990.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ANABB – Boletins Ação e revistas Momento – período 1995/1997

BANCO DO BRASIL – Estatutos do Banco do Brasil

GAREF – Boletins GAREF, período 1992/1995.